

PC tem que pagar por seus crimes

■ “O presidente da República não é tão sabido quanto ele pensa nem tão ingênuo quanto muitos pensam.” A constatação é do governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, que se tornou um dos principais pilares de sustentação do governo. Desde o início da crise política que ameaça o Palácio do Planalto, quando Pedro Collor formulou as primeiras denúncias contra Paulo César Farias, o governador optou pelo silêncio. Na

tarde da última quinta-feira, este silêncio foi rompido com o líder do PFL dizendo que a moralidade deve ser uma norma da administração pública em todos os níveis de governo e criticando os “golpistas” que querem chegar ao poder por outros caminhos que não o voto. Acompanhando de perto o desenrolar da CPI do PC, presidida por seu aliado, o deputado Benito Gama (PFL-BA), Antonio Carlos Magalhães revela sua preocupação com a morosidade da Justiça em punir corruptos. “O Sr. PC tem que pagar pelos crimes que cometeu. Se os corruptos que nós denunciamos estivessem na cadeia, o número de PCs iria diminuir em todo o Brasil”, reclama o governador, para quem “os PCs são múltiplos” e o país não suporta mais conviver com a impunidade. Disposto a lutar contra os que querem o impeachment do presidente Collor,

ele garante que o PFL está unido, aprova a atitude do governador Brizola na defesa do presidente e desilude os que só vêm uma saída para a crise: “Sem rasgar a Constituição, não há caminho legal para o impeachment.”

Denúncias
A carga ruim já foi jogada ao mar. O que é preciso é que ela não retorne à tona e que nós não deixemos que ela retorne.



Gildo Lima

**Merval Pereira e
Marcelo Tognazzi**

— Como o senhor está vendo a atuação da CPI do PC e todas essas denúncias de corrupção?

— Meu estado tem uma administração altamente moralizada. Eu estou inteiramente à vontade para dizer que estou cumprindo o que prometi na campanha. Acho que a moralidade tem que ser uma norma da administração pública do estado, do município e do governo federal. E lutei por isso em relação ao governo federal. Acho que o governo federal deve ser cada vez mais moralizado e, por isso mesmo, tenho o dever de prestar ao trabalho da CPI, para que ela apure livremente todas as ocorrências que lhe foram apontadas em relação ao Sr. Paulo César Farias. É mesmo que respongo em A, B ou C, pouco importa. O importante é que apure com independência e que os culpados sejam punidos.

— O senhor acha, então, que alguém será punido no final?

— Esta CPI não tem poder de punir. Ela tem o poder, evidentemente, de solicitar aos órgãos competentes que instaurem inquérito no sentido de comprovar as suas conclusões. Esse é o meu desejo e a vontade do povo brasileiro. O governo federal está pagando hoje por muitos pecados de ontem, quando colocou na administração pessoas pouco sérias. Felizmente, com o grito de muitos brasileiros, entre os quais me incluo, e grande parte da imprensa, conseguimos mudar esse rumo e hoje o Brasil tem um grande ministério que está sustentando muito bem o presidente da República. Isso, ao meu ver, é um dado positivo para o governo nessa hora difícil que o país está atravessando.

— O senhor acredita que o presidente pode resistir a essa avalanche de denúncias e continuar governando?

— Eu acho que a carga ruim já foi jogada ao mar. O que é preciso é que ela não retorne à tona e que nós não deixemos que ela retorne. O Brasil não suporta realmente governo de corrupção. O presidente hoje sabe disso e o clamor nacional que se fez obriga a essa vigilância do presidente e de todos nós. Esta grita do país inteiro chama a atenção para que não se permita que esse passado recente venha à tona novamente. Esse novo governo do presidente será um sustentáculo de moralidade para o país e acho que o presidente tem traçado novos rumos à sua administração com uma equipe respeitável. Isso não quer dizer que o Congresso não continue apurando tudo o que deve apurar.

— Com que decisões o senhor acha que este episódio termina?

— Acho que um culpado evidente já está aí. É o Sr. PC. Já está provado que ele sonhou, que obteve vantagens. Já está provado que o Sr. PC foi o instrumento do mal no governo e que é passível de punições nas áreas fiscal e federal. Consequentemente, eu acho que em ambas as áreas ele deve ter punições severas até para que a impunidade não seja incentivada. O Sr. PC tem que pagar pelos seus crimes, assim como todos os corruptos têm que pagar pelos seus crimes. Mas também está provado que há interesses de luta de poder nesses episódios. Atrás de interes-

ses verdadeiros de moralidade dessa CPI, há interesses de alguns que buscam o poder, querendo a substituição pura e simples do presidente da República, para chegarem ao poder, já que não puderam chegar pela via do voto.

— Esse é o sindicato do golpe?

— Não denominaria de sindicato do golpe, porque eu considero golpistas todos os que querem chegar ao poder sem o voto e todos os que também se locupletaram do poder com dinheiro público. O que eu acho é que querem chegar ao poder de uma forma ou de outra. E por isso mesmo muitos que estão hoje lutando para um resultado de impeachment, por exemplo, sabem que isso é politicamente inviável e juridicamente quase impossível de se conseguir na Câmara. Não vão poder obter legalmente os dois terços para a admissibilidade da culpa. Estão fazendo isso, mas há dois ou três meses estavam querendo ser convidados para serem ministros. Iam aceitar um ministério e consequentemente iam participar de uma equipe onde PC era amigo das pessoas do poder.

— O senhor está falando dos tucanos?

— Eu acho até que os tucanos são homens respeitáveis e de muito valor e acho que honrariam qualquer ministério. Acho que a presença no poder é natural até para colocar as suas idéias em funcionamento, colocar a sua vontade na administração pública, mostrar o que é capaz de realizar. Tudo isso é respeitável. Agora, chegar ao poder a qualquer preço, mesmo pelo impeachment, não creio que seja o melhor para o país.

— O senhor acha que politicamente é possível deixar esse passado para trás e recomeçar o governo num acordo político?

— Não precisa sequer de acordo político. A sustentação política do presidente existirá nos temas que o país necessitar. O país está precisando de trabalho. O país está precisando de paz. O país está precisando de uma nova política econômica. Aí reside um pouco de falha no governo, que tem um ministério altamente sério e capaz, mas tem que fazer uma revisão. Às vezes os paulistas não querem uma revisão, porque os banqueiros de São Paulo são muito fortes na política econômica. Mas esta política econômica tem que ser revista um pouco, porque ninguém consegue viver com inflação de 20 ou 23% ao mês. Ela impede o desenvolvimento de qualquer país. Essa inflação, com uma recessão tremenda como a que está aí, é inadmissível. Se a inflação está nesse nível, o desemprego deveria estar muito mais baixo, porque a recessão deveria ser muito menor. Esse casamento de inflação alta com recessão grande é uma mágica que eu não entendo.

— Para o país, é melhor o presidente continuar ou é melhor o impeachment?

— Acho melhor que se encontre o caminho da legalidade. E, sem rasgar a Constituição, não há caminho legal para o impeachment. Com tudo isso que tem acontecido, não há prática de crime de responsabilidade do presidente da República. Agora, se querem fazer na Câmara um impedimento como foi feito com Carlos Luz em 1955, se se quer rasgar a Constituição desta maneira, aí é outra coisa.

— O senhor acha que o presidente Collor sai dessa moralmente em condições de continuar

governando e tocar o país para frente nos próximos três anos?

— A política é muito dinâmica. Na medida em que os fatos possam ser conduzidos de uma maneira que não deixe dúvidas sobre o trabalho do governo, ele vai ganhar uma faixa de opinião para reconquistar a credibilidade que tinha em passado recente. O presidente tem capacidade para fazer isso, deverá ter apoio para tanto e tem de se esforçar para que todos o ajudem nessa tarefa. Agora, a Justiça tem que nos ajudar.

— A Justiça no Brasil não funciona?

— A Justiça no Brasil é morosa. Eu denunciei meu antecessor há exatamente um ano e algumas queixas ainda estão sem a efetiva condenação. É difícil colocar corrupto conhecido na cadeia. Se os corruptos que nós denunciamos estivessem na cadeia, o número de PCs iria diminuir em todo o Brasil. Os PCs são múltiplos. Não é só esse Farias não.

— O senhor acha que dá para dissociar a imagem do PC da do presidente?

— Eu tenho muita autoridade para falar sobre esse assunto, porque na Bahia nós apoiamos o Collor no primeiro e no segundo turnos e aqui não passou PC nem Collor nenhum para ajudar financeiramente o PFL. Estou frisando bem: o PFL. E nossa campanha para governador não teve auxílio de PC, de Collor, nem de ninguém desse tipo. Consequentemente, estou à vontade para dizer que o presidente deveria ter dito desde o primeiro instante que era amigo do PC, mas que o PC traiu sua confiança. Isso ele deveria ter dito. Eu não diria que não era amigo do PC se fosse amigo do PC. Eu teria dito a verdade. Agora, homens como PC não podem ser amigos de governantes. Na Bahia não há ninguém parecido com o PC.

— O senhor está querendo dizer que o presidente foi vítima de uma traição?

— Olha, eu custumo dizer que o presidente da República não é tão sabido quanto ele pensa nem tão ingênuo quanto muitos pensam. Ele é a média. Ele pode ter sido traído na sua confiança, como também pode estar pensando que foi mais sabido do que os outros. Isso é uma coisa de foro íntimo que eu também não tenho condições de dizer.

— A oposição está tentando cooptar alguns membros do PFL. Já se fala em defecções dentro do PFL. O partido está unido ou está rachando?

— O PFL está bem unido. Eu acho que há maior número de políticos no PMDB, por exemplo, admitindo sair do PMDB, do que políticos saíndo do PFL. Essas migrações são extremamente normais nos partidos políticos brasileiros. Mas tem muita gente do PMDB conversando, e eu chamo até a atenção para isso.

— O Brasil vai ser o mesmo depois da CPI?

— Vamos ter um novo Brasil e esse serviço se deve muito à imprensa. É por isso que eu gostaria de louvar a imprensa nesse trabalho que vem fazendo. O país precisa de formadores de opinião, nesse caso do PC e outros, de combate à corrupção. Tem sido uma cruzada excelente que o jornalismo brasileiro tem realizado. Mas dai a se julgarem verdadeiros representantes do povo, vai uma diferença muito grande. Para serem representantes do povo, certos jornalistas precisariam passar por uma eleição, pelo voto popular.

— O senhor é talvez o mais importante



Collor
O presidente deveria ter dito desde o primeiro instante que era amigo do PC, mas que o PC traiu sua confiança.

Brizola
Eu o vejo com imparcialidade e ele me vê sempre com parcialidade. Ele me vê mal sempre. Eu o vejo bem e mal.

— Acredito que não seja propósito de ninguém que haja naufrágio. Se não houver naufrágio, melhor para o Brasil. Se houver o naufrágio, que o número de naufragos seja o menor possível. A minha experiência leva a tentar evitar naufrágios e não a torpedear navios.

— Por que o senhor não gostaria de ver o vice-presidente Itamar Franco na presidência?

— Não há dúvida de que, na vacância, o vice-presidente assume. É o que a Constituição manda. Mas o Sr. Itamar Franco foi escolhido pelo senhor Collor de Mello. O Sr. Itamar Franco não recebeu voto, no momento em que acabou biondicida no Brasil. Eu acredito que o povo queira no poder as pessoas por elas escolhidas e penso que o Sr. Itamar Franco não se sentiria bem em ser presidente sem ter o batismo popular, num processo contra aquele que o escolheu. Eu acredito que ele não participe disso até para não ser julgado pela História como um traidor. De qualquer sorte, é um problema de foro íntimo do Sr. Itamar Franco. Fora daí, não tenho nada contra sua honestidade pessoal, seus problemas pessoais. Meus problemas são com o país.

— Como o senhor analisa a participação do governador Leonel Brizola na defesa do presidente Collor, na mesma posição que o senhor?

— Posso discordar dele em outros assuntos, mas nesse caso acho que ele está agindo corretamente. Nós temos formas de ver distintas. Eu o vejo com imparcialidade e ele me vê sempre com parcialidade. Ele me vê mal sempre. Eu o vejo bem e mal. Nesse caso ele está bem.

— O senador Eduardo Suplicy, do PT, levou ao Congresso uma secretaria que denunciou uma suposta Operação Uruguai. Outras secretárias têm aparecido no noticiário político, umas a favor dos patrões, outras contra. O senhor anda preocupado com suas secretárias?

— Eu não. Mas o que não podemos é estar incentivando no Brasil essa coisa de secretária, de auxiliares nossos estarem traídos, como no nazismo, com entrega de documentos. Daqui a pouco nós não podemos bater um documento, porque tiram-se cópias de documentos de estado, documentos pessoais, ninguém mais tem sua privacidade garantida. Isso não é uma questão de ser sério ou não. É uma questão de privacidade, de civilização em que todos têm o direito de cidadania normal e que está se perdendo neste afã em que se incentiva a delação. Depois que passar o problema, é preciso fazer uma verificação de tudo isso para que não se incentive a delação no Brasil como em regimes ditatoriais de passado recente.

— Nesse episódio da CPI têm aparecido muitos fantasmas. O senhor acredita em fantasmas?

— Não acredito, mas que eles estão aparecendo por aí, estão.

PC
Já está provado que o Sr. PC foi o instrumento do mal no governo e que é passível de punições nas áreas fiscal e federal.

Inflação
Essa inflação é inadmissível. Esse casamento de inflação alta com recessão grande é uma mágica que eu não entendo.